



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 02/2021

Procedimento Administrativo n.º 0005270-87.2021.6.12.8000

EXCLUSIVO ME/EPP

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **CONVITE, sob n.º 01/2021**, sob a forma de execução indireta, no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL - do tipo MENOR PREÇO, que será regida pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 (com suas alterações posteriores), pela Lei Complementar 123/06 (e suas alterações posteriores), Decreto 8.538/2015, Decreto n. 7.983, de 08 de abril de 2013, Resolução n.º 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça, Decreto n.º 10.132/2019 e Resolução TRE/MS n.º 665/2019, Portarias DG/TRE/MS n.º 58/2021 e n.º 59/2021 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

Até às **13 horas, do dia 10 de dezembro de 2021**, no PROTOCOLO GERAL Tribunal Regional Eleitoral/MS, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande – MS (RUA DA RECEITA FEDERAL) para entrega dos Envelopes n.º 01, com os documentos de habilitação, e n. 02, com a proposta de preços, além das declarações complementares.

HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

Às **13h e 01min, do dia 10 de dezembro de 2021**, nas dependências do prédio-sede do TRE/MS, no endereço indicado supra, terá início a sessão pública, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a realização de consulta “on line” ao SICAF.

Para fins de padronização de horário, será utilizado o horário registrado no relógio digital do Protocolo Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Não havendo expediente no TRE/MS na data fixada para entrega e abertura dos envelopes, ficam esses eventos automaticamente transferidos para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horário e local, independente de nova comunicação.

CAPÍTULO 1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada, em engenharia ou arquitetura, para realização de serviços de engenharia e arquitetura necessários para elaboração de projetos complementares para ampliação da Sede do TRE/MS, de acordo com projeto arquitetônico já concebido para esta finalidade.

1.1.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço global por item, observadas as exigências contidas neste Edital e documentos Anexos.

1.2. A descrição detalhada dos serviços a serem contratados, especificações de materiais, serviços a executar, a forma, prazos, condições, procedimentos a serem seguidos, obrigações e deveres, etc. estão expostos nos Anexos deste edital, conforme especificado abaixo:

- a) Anexo I - Projeto Básico;
- b) Anexo I.a - Projeto arquitetura (8 arquivos);
- c) Anexo II - Minuta do Contrato;
- d) Anexo III - Modelo de proposta;
- e) Anexo IV - Modelo de Declaração ME/EPP;
- f) Anexo V - Modelo de Desistência de Recurso (Habilitação e Proposta de Preços);
- g) Anexo VI - Modelo de Credenciamento de Representante;
- h) Anexo VII - Modelo declaração de direito de uso e cedência direitos patrimoniais.

1.3. As despesas decorrentes do objeto desta licitação está prevista na Lei nº 13.971, de 27/12/2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2020/2023 e é compatível com a Lei nº 14.116, de 31/12/2020 (LDO 2021) e serão custeadas com recursos aprovados pela Lei nº 14.144, de 23/04/2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2021 (LOA), Unidade 14112 – TRE-MS, Ação: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054. Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ.

CAPÍTULO 2. DA EXCLUSIVIDADE À MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

2.1. Nos termos do inciso I do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela LC nº 147/2014), o presente certame licitatório é de participação EXCLUSIVA para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.2. Ressalta-se que, nos termos do Acórdão 1797/2014 – Plenário do Tribunal de Contas da União, a simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso, configura fraude à licitação e enseja a aplicação das penalidades da lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, a que a autora obtenha a vantagem esperada.

CAPÍTULO 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Convite, nos termos do § 3º do art. 22 da Lei 8.666/93, as licitantes que estejam enquadradas em uma das situações a seguir:

- a) Empresas convidadas pelo TRE/MS;
- b) Empresas não convidadas pelo TRE/MS, inscritas em Cadastro de Fornecedores de qualquer órgão público (federal, estadual ou municipal), ou, no SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo Federal, que manifestarem, por escrito, seu interesse em participar do certame, com antecedência de até 24 horas da apresentação dos envelopes de documentação e proposta.

3.2. A empresa não convidada pelo TRE/MS, para retirar o Convite, deverá solicitá-lo à Seção de Licitação e Compras, através do endereço eletrônico: compras@tre-ms.jus.br, encaminhando, para tanto:

- a) requerimento para que lhe seja estendido o Convite; e,
- b) comprovante de inscrição no Cadastro de Fornecedores de qualquer órgão público (federal, estadual ou municipal), ou no SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo Federal, devidamente válido;

b.1) A prova de inscrição em Cadastro de Fornecedores será feita mediante apresentação de Certificado de Registro Cadastral - CRC emitido por qualquer órgão público, de acordo com a Lei 8.666/93; e, no caso do SICAF, com a apresentação de simples cópia da Portaria publicada no Diário Oficial da União, do CRC emitido através da internet, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, ou através do formulário “situação do fornecedor” emitido pelo SICAF (desde que conste no respectivo formulário a validade do CRC);

3.3. A Seção de Licitação e Compras fará registro nos autos das empresas convidadas e

daquelas a quem o Convite for estendido, de modo que a Comissão de Licitação possa verificar o atendimento às condições de participação.

3.4. Além da obtenção deste Convite, na forma dos itens 3.1 e 3.2, a empresa interessada em participar do certame deverá apresentar, na data e horário fixados no preâmbulo deste Convite, DOIS envelopes, um contendo os documentos de habilitação exigidos no Capítulo 5 deste Convite, e outro contendo a proposta comercial da licitante elaborada na forma do Capítulo 6.

3.5. Os envelopes deverão ser opacos (não transparentes) e estar lacrados, endereçados à Comissão Permanente de Licitação do TRE/MS, contendo a identificação da licitante, a referência desta licitação e do conteúdo do envelope, conforme sugestão abaixo:

À
Comissão Permanente de Licitação do TRE/MS
Convite nº 02/2021
Envelope n.º 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
Empresa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx/ fone: xxxxxxxx
Representante da Empresa:xxxxxxxx

À
Comissão Permanente de Licitação do TRE/MS
Convite nº 02/2021
Envelope n.º 2 – PROPOSTA DE PREÇOS
Empresa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx/ fone: xxxxxxxx
Representante da Empresa:xxxxxxxx

3.5.1. A indicação nos envelopes, acima referida, caso esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, desde que não cause dúvida ou não atrapalhe o andamento do processo, não será motivo para exclusão da licitante do procedimento licitatório.

3.6. Os dois envelopes deverão ser apresentados no PROTOCOLO GERAL do Tribunal Regional Eleitoral/MS, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande – MS (RUA DA TVE E RECEITA FEDERAL), até a data e horário indicados no preâmbulo.

3.7. Não poderão participar desta licitação:

- Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição ou empresas que possuam dirigentes em comum;
- Empresa que esteja sob falência, concurso de credores, dissolução e liquidação;
- Empresa que tenha sido punida com suspensão do direito de licitar pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- Empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

e) Empresa impedida de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02;

f) Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Convite;

g) Empresa proibida de contratar com o poder público por ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92 ou que esteja na lista de inidôneos do TCU; e

h) Empresa que possua entre seus sócios servidor do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e que possua administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com:

h.1) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação; ou

h.2) autoridade hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão ou entidade.

i) Empresa que não esteja enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

3.7.1. Para cumprimento do disposto nas cláusulas “c”, “d”, “e” e “g” acima será realizada consulta no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site do Comprasnet (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>), Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP do Portal da Transparência, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

3.7.2 A consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal (CEIS), CNJ e TCU poderá ser substituída pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

3.8. De acordo com o artigo 1º da Resolução 9/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que dá nova redação ao artigo 3º da Resolução nº 7/2005, a contratada não poderá “contratar empregados que sejam cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membro ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante”.

3.9. A omissão da empresa ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

CAPÍTULO 4. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

4.1.1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.1.2. **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

CAPÍTULO 5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 1

5.1. A documentação exigida para habilitação nesta licitação é a seguinte:

5.1.1. Habilitação Jurídica

a) ATO CONSTITUTIVO, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (ata da assembleia de constituição e da eleição da diretoria em exercício, devidamente arquivados e publicados); ou, no caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.1.2. Regularidade Fiscal

b) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

c) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela CEF;

d) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 29 V da Lei 8.666/93 (incluídos pela Lei nº 12.440 de 2011);

5.1.3. Qualificação Técnica

e) CERTIDÃO DE REGISTRO DA EMPRESA (Pessoa Jurídica) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, com circunscrição na sede da empresa, devidamente válida, da qual conste a indicação do(s) seu(s) Responsável(is) Técnico(s);

f) COMPROVAÇÃO de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.

f.1) A comprovação da vinculação do profissional detentor do acervo técnico deverá atender aos seguintes requisitos:

f.1.1) Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

f.1.2) Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;

f.1.3) Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima.

f.1.4) Se autônomo: ART ou RRT dos serviços prestados à licitante ou cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e o licitante ou documentação que comprove contratação futura para elaboração dos serviços objetos desta licitação

g) O responsável técnico pela elaboração dos serviços deverá comprovar sua qualificação técnica mediante a apresentação da documentação abaixo:

g.1) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA ou CAU;

g.2) Apresentação de Acervo Técnico emitido pelo CREA ou CAU ou Atestado de Capacidade Técnica de serviço emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar.

g.2.1) Entenda-se por serviço similar: Elaboração de Projetos Estrutural, de Instalações Elétricas e de Instalações Hidráulicas em prédios com área construída igual ou superior a 200,00 m².

g.2.1.1) Os licitantes deverão apresentar acervo ou atestado de todos os projetos acima especificados, ou seja: Projetos Estrutural, de Instalações Elétricas e de Instalações Hidráulicas.

5.1.4. Qualificação Econômico-Financeira

h) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, devidamente válida;

h.1) A apresentação de certidão positiva de feitos sobre recuperação judicial e extrajudicial não ensejará a imediata inabilitação do licitante. A empresa que se encontrar em recuperação judicial/extrajudicial deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, a comprovação de que seu plano de recuperação foi aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

h.2) à certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

i) BALANÇO PATRIMONIAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (ou Balanço de abertura, para o caso de empresa que iniciou sua atividade no corrente exercício), apresentados na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS-DISPONIBILIDADE INTERNA – IGPDI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que venha a substituí-lo; cuja análise será feita na forma indicada na cláusula 5.3;

i.1) Nos termos do Acórdão 472/2016 TCU - Plenário, **exclusivamente** para as empresas que **adotam o regime de tributação vinculado ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, a exigência para a apresentação dos documentos relativos ao exercício anterior se iniciará de acordo com a respectiva Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil.**

5.1.5. Declarações

j) DECLARAÇÃO de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal; e

k) DECLARAÇÃO de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.1.6. As cópias das certidões elencadas nas alíneas “b” a “d” da cláusula 5.1.2. poderão ser substituídas pela impressão do formulário de situação do fornecedor emitido no SICAF.

5.1.7. A não apresentação das cópias impressas das documentações relativas à regularidade fiscal e trabalhista (alíneas “b”, “c” e “d” da cláusula 5.1.2) não ensejará a inabilitação imediata da licitante, cabendo à Comissão Permanente de Licitação promover consulta ao SICAF para emitir a impressão das referidas certidões.

5.2. Nos termos da LC 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, se exigirá a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação.

5.2.1. Os documentos exigidos nesta licitação relativos à regularidade fiscal são os indicados nas alíneas ‘b’ e ‘c’ e o exigido para regularidade trabalhista é o indicado na alínea “d” da cláusula 5.1.2 deste Convite.

5.2.2. Constatada alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante proponente for declarada habilitada, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.2.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na cláusula 5.2.2, implicará na INABILITAÇÃO da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Convite e na legislação pertinente, devendo a Administração dar andamento à abertura dos envelopes de proposta dos licitantes habilitados.

5.3. O BALANÇO PATRIMONIAL ou BALANÇO DE ABERTURA apresentado pela empresa será analisado com a observância do que dispõem os subitens abaixo.

5.3.1. Será considerado como na forma da Lei o Balanço Patrimonial, apresentado mediante:

- A) publicação em Diário Oficial ou jornal; ou,
- B) cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou,
- C) cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, ou
- D) relatório gerado por Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

5.3.2. Será analisada e avaliada a situação financeira da empresa pelos seguintes índices contábeis:

A) Liquidez Geral: Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

B) Liquidez Corrente: Ativo Circulante
Passivo Circulante

C) Solvência Geral: Ativo total
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

5.3.3. Para ser considerada habilitada, de acordo com a análise do Balanço Patrimonial, a empresa deverá obter resultado igual ou superior a 1 na avaliação de todos os índices contábeis do subitem 5.3.2.

5.3.4. Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado o balanço atualizado na forma estabelecida na cláusula 5.3.1. acima.

5.4. Os documentos necessários à habilitação, quando apresentados por qualquer processo de cópia, deverão estar autenticados por cartório competente ou por servidor do TRE/MS, ou acompanhados do seu original ou de publicação em órgão da imprensa oficial, ou, ainda, ser apresentados nos termos da legislação pertinente a cada documento.

5.5. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar acondicionados em envelope não transparente denominado: **ENVELOPE 1 – HABILITAÇÃO.**

CAPÍTULO 6. PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE N.º 2

6.1. A proposta comercial do proponente deverá conter, sob pena de desclassificação, os seguintes elementos:

6.1.1. CARTA PROPOSTA, apresentada em 1 (uma) via, sem alternativas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo indicar:

- a) razão social da empresa e nº de inscrição no CNPJ/MF;
- b) endereço completo e número de telefone/e-mail para contato;
- c) dados bancários da empresa (banco, agência e conta-corrente);
- d) dados do representante legal que assina a proposta e que assinará o contrato (nome, número e órgão emissor da Cédula de Identidade (RG), número de

inscrição no CPF/MF, nacionalidade e estado civil);

e) objeto cotado, com seu número, descrição sumária e valor global para o item;

f) prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da apresentação das mesmas;

f.1) para a proposta em que não constar prazo de validade expresso, será automaticamente aplicado pela CPL o prazo de sessenta dias.

g) rubrica em todas as folhas e assinatura na última folha do representante legal da empresa e do seu responsável técnico.

g.1) a falta de rubrica/assinatura na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão.

6.2. Os preços cotados deverão ser fixos e irreajustáveis e cotados em moeda corrente nacional, com até 2 casas decimais.

6.3. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto.

6.4. A licitante poderá utilizar o modelo de Proposta, sugerido pelo TRE/MS no Anexo III, complementando as informações necessárias ao atendimento das condições deste Capítulo.

CAPÍTULO 7. DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

7.1. A condução da fase externa deste Convite ficará a cargo da Comissão Permanente de Licitação – CPL do TRE/MS.

7.1.1. Em vista de o objeto deste Edital relacionar-se a serviço da área de engenharia, a CPL será auxiliada em suas atividades por servidor(es) da Coordenadoria de Engenharia.

7.2. Na data e hora fixadas no preâmbulo deste Convite, na presença dos licitantes, a Comissão de Permanente de Licitação dará início à sessão pública para abertura dos envelopes, análise e julgamento de habilitação e propostas, e demais atividades correlatas.

7.2.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

7.3. A CPL verificará os envelopes protocolizados, de modo a certificar que:

- a) estão devidamente identificados (vide cláusula 3.4 e 3.5);
- b) a licitante proponente obteve o Convite na forma da cláusula 3.1; e,
- c) foram protocolizados dentro do prazo fixado no preâmbulo do Edital;

7.4. No caso de descumprimento à alínea 'a' da cláusula 7.3, a CPL deverá observar o disposto na cláusula 3.5.1.

7.5. O descumprimento à alínea 'b' da cláusula 7.3 importará a não apreciação dos envelopes pela CPL, e sua devolução, ainda lacrados, à respectiva licitante.

7.6. A CPL verificará a presença, dentre os que assistirem à sessão pública, de representantes legais das licitantes.

7.7. O representante legal de empresa licitante, em conjunto com documento oficial de identidade, deverá mostrar o documento probatório da representação, que consistirá em:

- a) contrato social, no caso de sócio-proprietário;
- b) instrumento de procuração, no caso de procurador;
- c) termo de credenciamento (modelo constante do Anexo VI), no caso de credenciado.

7.8. No caso de apresentação de procuração por instrumento particular ou termo de credenciamento, este deverá estar acompanhado de documento (contrato social, procuração, etc.) que comprove que o signatário detém poderes de representação da empresa.

7.9. Não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de uma

licitante.

7.10. Aplica-se aos documentos apresentados para fins de representação o disposto na cláusula 5.4 deste Convite.

7.11 A licitante que não pretender credenciar representante para assistir a sessão pública de abertura e julgamento de documentação e propostas de preços, poderá fazer uso do documento constante do Anexo V - Modelo de Desistência de Recurso (Habilitação e Proposta), que deverá ser preenchido e assinado, e inserido no envelope de documentação (desistência de recurso quanto à fase de habilitação) ou no de proposta de preços (desistência de recurso quanto à fase de proposta de preços).

7.11.1. Dessa forma, objetiva-se a celeridade processual, possibilitando que as etapas da licitação sejam realizadas em ato contínuo, sem necessidade de interrupção para aguardar prazos recursais.

7.12. Os envelopes contendo a documentação exigida para habilitação serão abertos pela CPL, que fará a conferência dos documentos para verificar o atendimento às condições estabelecidas no Capítulo 5.

7.13. Após essa conferência, a CPL dará vista da documentação aos representantes presentes, que assim desejarem.

7.14. No julgamento dos documentos a CPL observará o que é por Lei exigido dos mesmos, e, observado o disposto na cláusula 5.2, inabilitará a licitante que:

- a) apresentar documento fora do prazo de validade e não regularizar a documentação no prazo indicado na cláusula 5.2.2;
- b) apresentar algum documento em desacordo com o que estabelecem as cláusulas 5.4 e 5.5 do presente Edital;
- c) deixar de apresentar qualquer documento exigido neste Edital.

7.15. Concluída a análise da documentação de habilitação, a CPL lavrará a Ata de Julgamento da Documentação, indicando as licitantes habilitadas e as inabilitadas.

7.15.1. A ata será assinada pelos membros da CPL e pelos representantes das licitantes presentes, que desejarem.

7.16. A inabilitação da licitante importa a preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

7.17. Havendo renúncia de todas as licitantes ao direito de interposição de recurso quanto à fase de habilitação, serão abertos, em sessão contínua, os envelopes de propostas de preços.

7.18. Não sendo obtida a renúncia de todas as licitantes, os envelopes de propostas serão abertos em nova sessão pública, a ser realizada depois de transcorrido o prazo regulamentar sem que tenha havido interposição de recurso, ou após dado a conhecer o deferimento ou indeferimento de recurso interposto.

7.19. A CPL fará a abertura dos envelopes de propostas de preços, e analisará seu conteúdo para verificar o atendimento às condições estabelecidas no Capítulo 6 deste Edital.

7.20. Abertos os envelopes de proposta de preços, a CPL informará aos representantes presentes os preços ofertados pelas licitantes.

7.21. A CPL verificará a conformidade de cada proposta com os requisitos estabelecidos neste Edital, desclassificando aquela que:

- a) deixar de apresentar qualquer documento exigido ou apresentá-lo em desacordo com as regras e condições estabelecidas neste Edital;
- b) apresentar qualquer oferta ou vantagem baseada nas propostas das demais licitantes ou de qualquer outra natureza;
- c) apresentar preço inexequível ou sobrepreço, identificados conforme Capítulo 8.

7.22. A ausência de informação que não prejudique a identificação da proponente e a perfeita interpretação dos serviços e preços ofertados não será razão para desclassificação de proposta, podendo ser solicitada pela CPL a complementação das informações na própria sessão pública, caso haja representante presente, ou no prazo de 1 (um) dia útil.

7.23. As propostas serão classificadas pelo MENOR PREÇO GLOBAL por item.

7.23.1. O preço total orçado para cada item, deverá ficar igual ou abaixo do valor calculado no orçamento de referência.

7.24. Será realizado SORTEIO, na própria sessão pública, estando ou não presentes os representantes das empresas interessadas, no caso de empate de preços entre duas ou mais propostas, para fins de classificação final;

7.25. Será declarada vencedora a licitante que, atendendo a todas as condições estabelecidas neste Edital, ofertar o menor preço global por item.

7.26. Analisadas e julgadas as propostas de preços das licitantes, a Comissão de Licitação lavrará a Ata de Julgamento de Propostas que conterá tanto o resultado da análise das propostas de preços, como também o resultado final da licitação.

7.27. Ao resultado desta licitação será dada publicidade mediante publicação no Diário Oficial da União e na página deste Tribunal na internet (www.tre-ms.jus.br).

7.28. Caso a sessão pública de abertura e julgamento da habilitação e de propostas de preços não se realize em ato contínuo, a CPL lavrará ata em que registrará as razões da interrupção e fixará data e horário para a continuação dos trabalhos.

7.29. A intimação da nova data e do horário de continuação dos trabalhos será feita na própria sessão, caso todas as licitantes estejam representadas, ou mediante comunicação por escrito a ser encaminhada às licitantes por correio eletrônico ou por outro meio equivalente.

7.30. É facultada à CPL ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.

7.31. A CPL observará as disposições do art. 48 da Lei 8.666/93, estando autorizada a fixar os prazos legais e a convocar as licitantes para os fins previstos no parágrafo 3º do referido artigo.

CAPÍTULO 8. DOS PREÇOS

8.1. Os preços serão considerados no seu valor global por item, para efeitos de classificação e avaliação de exequibilidade ou sobrepreço, observado o disposto nas cláusulas 8.2 e 8.3.

8.2. Não serão aceitos preços iguais a zero ou irrisórios, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Também não serão aceitos preços inexequíveis ou que apresentem sobrepreço, assim entendidos:

a) INEXEQUÍVEIS: os preços globais totais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a.1) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou;

a.2) valor orçado pela Administração;

b) SOBREPREÇO: os preços globais totais superiores a R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais), valor orçado pela Administração para cada item.

8.4. Não serão aceitas propostas, cujo valor seja superior ao orçamento de referência fornecido pelo TRE/MS, constantes no Anexo I deste Convite.

8.5. A análise prevista na alínea "a" da cláusula 8.3 não induz diretamente à desclassificação da proposta, cabendo a convocação da licitante para justificar o preço cotado e demonstrar cabalmente que o mesmo é compatível com os valores praticados no mercado.

CAPÍTULO 9. DA ADJUDICAÇÃO

9.1. O objeto da presente licitação será adjudicado à licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Convite e seus anexos, for classificada em primeiro lugar, de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no Capítulo 7.

CAPÍTULO 10. DO CONTRATO

10.1. Homologado o resultado desta licitação pela Direção-Geral deste TRE/MS, a contratação será formalizada mediante a lavratura de Termo Contratual, conforme minuta constante do Anexo II deste Edital.

10.2. Como condição para a lavratura do Termo Contratual, bem como para emissão de Nota(s) de Empenho, a licitante vencedora deverá atender a todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

10.2.1. A empresa contratada deverá manter, durante o prazo de vigência da contratação, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

10.3. Para que seja efetivada a assinatura eletrônica do Termo Contratual, o licitante vencedor deverá estar cadastrado no Sistema Eletrônico de Informação (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

10.3.1. Caso não possua o referido cadastro, será o licitante vencedor obrigado a se cadastrar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação formal do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul.

10.3.2. O cadastro do licitante deverá ser realizado através do sítio do TRE/MS na internet, através do link https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo_enviar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

10.4. O Termo Contratual deverá ser assinado eletronicamente pela empresa vencedora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da disponibilização do referido documento no Sistema Eletrônico de Informação.

10.4.1. Para fins de apuração do cumprimento do prazo, a mensagem eletrônica de disponibilização do termo contratual será considerada recebida e lida pela empresa 01 (um) dia útil após a data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

10.4.2. O prazo indicado no item 10.4 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

10.5. O acesso ao Sistema Eletrônico de informações dar-se-á através do endereço de e-mail e senha cadastrados pela empresa no Sistema SEI (vide cláusula 10.3.2).

10.5.1. É de inteira responsabilidade da licitante a manutenção da atualização dos seus dados junto ao Tribunal.

10.6. A critério do TRE/MS, o Termo Contratual e/ou Nota de Empenho também poderão ser encaminhados à empresa vencedora através de serviço postal, fax, correio-eletrônico, ou outro meio disponível, aplicando-se os mesmos prazos indicados no item 10.4.

10.7. O não atendimento das condições fixadas para assinatura do Termo Contratual, inclusive quanto aos prazos, terá os mesmos efeitos da recusa da empresa vencedora em assinar o Termo Contratual, sujeitando-a às sanções administrativas previstas.

10.8. Em não havendo a celebração do Termo Contratual, faculta-se à Administração proceder à adjudicação do objeto da contratação às demais licitantes, observada a ordem de classificação.

CAPÍTULO 11. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1. O pedido de esclarecimento e/ou a impugnação relativa a este Convite deverá ser endereçado à Comissão Permanente de Licitação do TRE/MS, e protocolizado no Protocolo Geral do TRE/MS.

11.1.1. A impugnação também poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo endereço de e-mail compras@tre-ms.jus.br e slc@tre-ms.jus.br, dentro do prazo regulamentar, podendo, a critério da CPL, ser exigido a licitante apresentar o original no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

11.2. O presente Edital de Convite poderá ser impugnado por licitante, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação (documentação);

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão conter a identificação do

interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

11.4. Não será dado conhecimento aos pedidos de esclarecimentos e impugnações intempestivos ou que não atenderem às formalidades mínimas dispostas na cláusula anterior.

11.5. O TRE/MS, através da CPL, julgará e responderá à impugnação no prazo definido em Lei.

11.6. A impugnação realizada tempestivamente não afetará o recebimento dos envelopes de documentação e proposta das empresas, inclusive a da licitante que apresentar a impugnação.

11.7. Só será dado conhecimento à impugnação impetrada em nome de empresa caso esteja acompanhada do devido instrumento de procuração e acompanhada de documentos que comprovem poderes do impetrante para tanto.

CAPÍTULO 12. DOS RECURSOS

12.1. Da habilitação ou inabilitação de licitante, do julgamento das propostas, da anulação ou revogação desta licitação caberá recurso, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da intimação do ato ou da lavratura da ata, conforme disposto no art. 109, § 6º, da Lei 8.666/93.

12.1.1. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

12.2. Interposto, o recurso será comunicado às demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 2 (dois) dias úteis. Findo esse período, impugnado ou não, a Comissão de Licitação, no prazo já indicado, poderá reconsiderar sua decisão ou fazer subir o recurso, devidamente informado, à autoridade superior.

12.3. O recurso poderá ser interposto via correio eletrônico, através do endereço compras@tre-ms.jus.br, dentro do prazo regulamentar, podendo, a critério da CPL, ser exigido a apresentação da via impressa original, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

CAPÍTULO 13. DAS PENALIDADES

13.1. A licitante que praticar, por meios dolosos, atos ilegais visando frustrar os objetivos da licitação, apresentar documentação falsa, deixar de entregar os documentos exigidos no certame, não manter sua proposta comercial, ou, ainda, demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o TRE/MS poderá ser penalizada com a suspensão do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRE/MS pelo prazo de até 2 (dois) anos e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

13.2. A licitante que oferecer recurso ou impugnação contra ato ou decisão da Comissão Permanente de Licitação (CPL) ou da Autoridade superior, com intuito manifestamente protelatório, reconhecido e declarado como tal em manifestação fundamentada da CPL, será acionada judicialmente para reparar eventuais danos causados pelo retardamento da contratação.

13.2.1. Será considerado manifestamente protelatório o recurso ou a impugnação que tiver por objetivo retardar o andamento e a celeridade do procedimento licitatório.

13.3. Ficará sujeita à multa, no percentual de 10% do valor total da contratação e conforme as disposições constantes do Termo Contratual, a licitante que:

- a) se recusar a assinar o contrato ou a receber a respectiva Nota de Empenho;
- b) não regularizar a documentação prevista na cláusula 5.2, no prazo indicado na cláusula 5.2.2.

13.4. Nos termos da Resolução 665/2019 TRE/MS, normativo que disciplina a aplicação de sanções administrativas no âmbito do TRE/MS, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

13.4.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

13.4.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante este Tribunal Regional.

13.4.3. A Administração manterá cadastro interno de inadimplentes, no qual serão registradas as penalidades aplicadas às contratadas ou licitantes.

CAPÍTULO 14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Todas as informações referentes a esta Licitação, alterações de prazos ou das peças que compõem o Edital, registro de esclarecimentos, impugnações ou recursos e respectivas respostas, resultados de julgamento de habilitação e propostas de preços, serão divulgados no sítio do TRE/MS na internet, no endereço www.tre-ms.jus.br.

14.1.1. As empresas interessadas/licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas na forma indicada acima, não podendo alegar seu desconhecimento.

14.2. As empresas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados (e propostas) em qualquer época ou fase da licitação.

14.3. Esta licitação poderá ser suspensa, revogada por razões de interesse público ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, em qualquer tempo.

14.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas à presente licitação.

14.5. A contagem de prazos realizar-se-á excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do vencimento, encerrando-se, sempre, às 18h (dezoito horas) do dia do vencimento do prazo.

14.6. O resultado desta licitação será comunicado no mesmo dia do julgamento, se proferido no dia da abertura, ou mediante divulgação no sítio do TRE/MS na internet, ou publicação na Imprensa Oficial (Diário Oficial da União).

14.7. Os elementos constitutivos desta Licitação poderão ser obtidos pelos interessados na Seção de Licitação e Compras do TRE/MS, sita na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo n.º 23, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, que poderá ser contatada pelos fones (67) 2107-7092 ou (67) 3326-5560.

CAPÍTULO 15. DO FORO

15.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da Lei, o foro da Justiça Federal de Campo Grande - MS, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Campo Grande/MS.



Documento assinado eletronicamente por **HARDY WALDSCHMIDT, Diretor(a)-Geral**, em 29/11/2021, às 19:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1124527** e o código CRC **EFCA9AC0**.